

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor
independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 264EG-030-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Conselheiros e Administradores do
Instituto Rede Brasil do Pacto Global
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Rede Brasil do Pacto Global em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e considerando a interpretação técnica geral aplicável às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Clayton da Silva Codo
Contador CRC 1SP-234-906/O-1

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.631	12.680
Contribuições e valores a receber	5	3.057	8.285
Outros créditos	6	104	338
Total do ativo circulante		15.792	21.303
Ativo não circulante			
Outros créditos	6	74	74
Imobilizado	7	429	363
Intangível	-	7	4
Total do ativo não circulante		510	441
Total do ativo		16.302	21.744

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	-	1.231	907
Obrigações trabalhistas	-	1.752	1.213
Obrigações tributárias	-	344	207
Contas a pagar a partes relacionadas	8	9.890	9.212
Adiantamentos de membros e associados	-	3.030	784
Projetos em execução	9	7.179	3.381
Total do passivo circulante		23.426	15.704
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio social	11	(7.124)	6.040
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(7.124)	6.040
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		16.302	21.744

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com restrições			
Receitas de recursos de projetos	9.1	10.598	17.525
Total		10.598	17.525
Receitas operacionais sem restrições			
Receitas institucionais	12	16.119	18.033
Gratuidades obtidas - serviços de terceiros	13	1.526	3.229
Trabalho voluntário	21	81	69
Total		17.726	21.331
Total das receitas		28.324	38.856
Despesas com restrição			
Despesas com pessoal	14	(154)	(2.306)
Despesas com serviços de terceiros	15	(6.281)	(10.637)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.696)	(2.735)
Despesas com marketing	-	(730)	(971)
Despesas tributárias	-	(737)	(876)
Total	9.1	(10.598)	(17.525)
Despesas sem restrição			
Despesas com pessoal	17	(18.900)	(9.784)
Despesas com serviços de terceiros	18	(4.352)	(1.998)
Despesas gerais e administrativas	19	(6.205)	(8.381)
Depreciação e amortização	-	(108)	(83)
Despesas com marketing	-	(609)	(143)
Despesas tributárias	-	(149)	(136)
Gratuidades obtidas - serviços de terceiros	13	(1.526)	(3.229)
Trabalho voluntário	21	(81)	(69)
Total		(31.930)	(23.823)
Total das despesas operacionais		(42.528)	(41.348)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(14.204)	(2.492)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	1.064	956
Despesas financeiras	20	(24)	(61)
Resultado financeiro		1.040	895
Déficit do exercício		(13.164)	(1.597)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Déficit do exercício	(13.164)	(1.597)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(13.164)	(1.597)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	(Déficit) / Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.637	-	7.637
Déficit do exercício	-	(1.597)	(1.597)
Incorporação do déficit do exercício	(1.597)	1.597	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.040	-	6.040
Déficit do exercício	-	(13.164)	(13.164)
Incorporação do déficit do exercício	(13.164)	13.164	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(7.124)	-	(7.124)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto Rede Brasil do Pacto Global

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(13.164)	(1.597)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	112	85
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.675)	2.321
Aumento nos ativos		
Contribuições e valores a receber	6.903	(2.319)
Outros créditos	234	(260)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	324	167
Obrigações trabalhistas	539	328
Obrigações tributárias	137	52
Contas a pagar a partes relacionadas	678	(5.087)
Adiantamentos de membros e associados	2.246	582
Projetos em execução	3.798	570
Caixa líquido proveniente (consumido) pelas atividades operacionais	132	(5.158)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(181)	(251)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(181)	(251)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(49)	(5.409)
No início do exercício	12.680	18.089
No final do exercício	12.631	12.680
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(49)	(5.409)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

O Instituto Rede Brasil do Pacto Global (Instituto, Rede Brasil ou Pacto Global), constituído em 11 de maio de 2020, é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de natureza de direito privado e duração por tempo indeterminado e tem por finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social, defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, a promoção da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, sobretudo no meio corporativo, em consonância com o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (*UN Global Compact* (UNGC)).

Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global é uma chamada para as empresas alinharem suas estratégias e operações a 10 princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção e desenvolverem ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 25 mil membros em 64 redes locais, que abrangem 167 países.

A história do Pacto Global começou a ser escrita no Brasil a partir do ano de 2003, com a condução do processo de engajamento das empresas brasileiras e criação do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG). A partir de 2011 a Rede Brasil passou a operar através do vínculo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito da cooperação técnica aprovada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A Rede Brasil do Pacto Global tem, desde então, conquistado cada vez mais espaço e relevância dentro do setor empresarial brasileiro e, também, dentro da própria estrutura do Pacto Global. A Rede Brasil é atualmente a segunda maior rede do Pacto Global do mundo, com mais de 2.100 membros.

Ao final de 2019, o Conselho de Administração da iniciativa local, juntamente com o grupo de empresas do CBPG, deliberou pela constituição de uma organização independente, sob forma de uma associação sem finalidade lucrativa com CNPJ próprio, para realizar as operações da Rede Brasil no Brasil, criando o Instituto Rede Brasil do Pacto Global.

1.1. Principais ações para viabilizar a continuidade das operações do Instituto pelos seus administradores

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, o Instituto incorreu em déficit de R\$ 13.164 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 (ante um déficit de R\$ 1.597 mil em 31 de dezembro de 2023).

Na mesma data, o passivo circulante do Instituto excedia o ativo circulante em R\$ 7.634 mil e apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 7.124 mil. A Administração do Instituto procedeu à avaliação das condições de continuidade operacional, considerando as circunstâncias econômicas, financeiras e operacionais existentes ao final do exercício de 2024.

Essa avaliação buscou assegurar que as demonstrações contábeis fossem elaboradas sob a premissa de continuidade, analisando fatores internos e externos que pudessem comprometer a capacidade do Instituto de manter suas atividades, cumprir suas obrigações e preservar sua missão institucional.

Entre os aspectos considerados destacam-se:

- a capacidade de geração de fluxos de caixa futuros;
- o comportamento das receitas provenientes de convênios e parcerias;
- a evolução dos custos fixos e variáveis; e
- a eficiência operacional frente ao cenário macroeconômico e ao ambiente regulatório aplicável ao setor.

A partir dessa análise, a Administração identificou que o principal fator de impacto sobre a sustentabilidade financeira do Instituto residia nos custos fixos relacionados ao quadro de pessoal, que representavam parcela significativa das despesas recorrentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto mantinha 101 colaboradores, tendo chegado a um pico de 104 colaboradores no mês de novembro de 2024. Essa estrutura mostrou-se financeiramente desproporcional em relação à projeção de receitas e à necessidade de recomposição do resultado negativo apurado no exercício de 2023. Com base nessa constatação e, após a saída do antigo diretor executivo, a Administração implementou um plano de reestruturação operacional e de otimização de despesas com pessoal, visando equilibrar a relação entre custos fixos e capacidade orçamentária.

As medidas foram aplicadas de forma gradual ao longo do exercício de 2025, observando os princípios da responsabilidade social, transparência e conformidade legal. Como resultado, em dezembro de 2025, o Instituto passou a operar com 74 colaboradores.

Acompanhando a redução da quantidade de colaboradores, o gasto mensal associado com pessoal também foi sendo reduzido ao longo de 2025 (despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, bem como benefícios corporativos). Cabe destacar que, ao falarmos em redução nas despesas de pessoal, o Pacto Global sempre teve como diretriz inegociável a manutenção integral dos benefícios corporativos concedidos anteriormente e o cumprimento regular de todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

A redução das despesas recorrentes com pessoal relativas ao mês de dezembro de 2024 (ápice das despesas com pessoal), no montante de R\$ 1.980, versus o mês de dezembro de 2025 que foi de R\$ 1.750 mil, representa uma economia mensal de aproximadamente R\$ 230 mil, o que, projetado para um período de 12 meses, resultou em um impacto positivo acumulado de cerca de R\$ 2.760 mil.

Esse montante contribui de forma expressiva para:

- a recomposição parcial do déficit apurado em 2024;
- a melhoria do fluxo de caixa operacional; e
- a manutenção da sustentabilidade econômica do Instituto no médio prazo.

Em continuidade às iniciativas de eficiência, a Administração implementou, para 2025, um plano específico de redução de custos com eventos, com a meta de registrar desembolsos inferiores aos de 2024. As medidas adotadas abrangeram otimização de escopo, renegociação com fornecedores, captação de patrocínios e compartilhamento de recursos entre projetos.

Despesas por projeto (R\$)

Projeto	Período de 2024	Período de 2025	Variação absoluta	Variação (%)
Bioeconomy Amazon Summit	526.000	308.000	(218.000)	(41,44%)
SDGs in Brazil	3.558.000	980.000	(2.578.000)	(72,46%)
Total	4.084.000	1.288.000	(2.796.000)	(68,46%)

Até 31 de dezembro de 2025, as despesas com eventos totalizaram R\$ 1.288 mil, representando redução de R\$ 2.796 mil, equivalente a uma variação de 68,5% em relação ao período de 2024.

Principais fatores da redução:

- Racionalização de escopo e formato (eventos mais compactos e/ou híbridos);
- Renegociação de hospedagem, alimentos e bebidas (A&B) e produção, em decorrência das mudanças de escopo e formato; e
- Sinergias operacionais, com calendário integrado e reaproveitamento de estruturas e equipes.

Com base nas ações implementadas e nas projeções financeiras atualizadas, a Administração entende que o Instituto possui capacidade para dar continuidade às suas operações, não havendo incertezas materiais significativas que possam indicar incapacidade de continuidade operacional no futuro previsível.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis do Instituto, findas em 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1255/09, e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela administração do Instituto em 22 de abril de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Instituto.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para contribuições a receber e passivos contingentes, determinação dos valores dos trabalhos voluntários e determinação dos tributos objeto de isenção fiscal. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não houve quaisquer julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

e) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº24 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pelo Instituto durante todo o exercício apresentado nestas demonstrações contábeis.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e as aplicações em fundos de investimentos. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica “despesas financeiras” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado do Instituto correspondem às aplicações financeiras.

iii) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes).

Os recebíveis do Instituto compreendem valores a receber dos associados e demais contas a receber.

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2024, incluindo operações de *hedge*.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos em até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

d) Contribuições a receber

Correspondem, substancialmente, aos valores a receber das contribuições associativas anuais dos associados do Instituto. O prazo de recebimento é de até 12 meses, sendo, portanto, classificados no ativo circulante as contribuições com vencimento em até doze meses e no ativo não circulante as contribuições com vencimento a partir do décimo terceiro mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dessas contribuições, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

O Instituto analisa a existência e evidência de perda para determinar quando uma contribuição a receber não é recuperável. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Instituto avalia, entre outros fatores, o histórico do associado e a quantidade de títulos vencidos de longa data

As despesas com a constituição da PECLD, quando aplicável, são registradas na demonstração do resultado.

e) Imobilizado

O imobilizado é avaliado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada dos bens e as taxas de depreciação utilizadas pelo Instituto estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit/déficit no exercício em que o ativo for baixado.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que o Instituto questionou a constitucionalidade de tributos.

i) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Impostos e contribuições

Em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza da imunidade dos tributos federais incidentes sobre o resultado, para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade.

As obrigações tributárias registradas pelo Instituto estão relacionadas aos impostos retidos na fonte sobre serviços de terceiros (quando houver).

k) Apuração do resultado

O Instituto reconhece a receita quando: **(i)** o valor da receita pode ser mensurado com segurança; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluam para o Instituto; e **(iii)** quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Instituto. As despesas do Instituto são reconhecidas de acordo com o seu fato gerador e regime de competência. Destacam-se:

- as anuidades dos associados (fundadores e membros) são reconhecidas como receitas proporcionalmente ao período em que o associado esteve filiado;
- o Instituto registra em projetos a executar os recursos recebidos até que todas as condições estabelecidas e relacionadas aos projetos sejam atendidas. Nem todos os projetos do Instituto têm obrigações vinculados aos recursos financeiros, prestações de contas ou utilização de um recurso para um determinado fim;
- Os recursos provenientes dos projetos com obrigações são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos. Em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

m) Receitas com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração e conselho fiscal, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração o montante que o Instituto pagaria caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalho voluntário são reconhecidas em contrapartida às despesas operacionais, ambas no resultado do exercício.

n) Gratuidades obtidas

As receitas com gratuidades obtidas são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidades obtidas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas com serviços, também no resultado do exercício.

o) Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Representa o patrimônio líquido inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil aplicável às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa sem restrição		
Bancos conta movimento	5	12
Aplicações financeiras	11.340	12.668
Total	11.345	12.680
Caixa e equivalentes de caixa com restrição		
Aplicações financeiras	1.286	-
Total	1.286	-
Total	12.631	12.680

O caixa e equivalentes de caixa sem restrição refere-se aos valores provenientes de contribuições dos associados/membros, doações, patrocínios e parcerias e é utilizado para manter a operação do Instituto em funcionamento.

O caixa e equivalentes de caixa com restrição é proveniente de valores vinculados aos projetos em execução do Instituto, conforme detalhado na Nota Explicativa no 9. Esses montantes encontram-se aplicado em instituição financeira e somente podem ser utilizados para custear os gastos dos projetos correspondentes. Em 2023, o caixa com restrição encerrou sem saldo, pois os valores restritos do Instituto estavam registrados no contas a receber em função dos membros/parceiros não terem realizado as liquidações financeiras dentro do exercício de 2023.

As aplicações financeiras estão integralmente alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, com liquidez diária e remuneração de 100,5% da taxa do CDI.

5. Contribuições e valores a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Anuidades a receber	2.711	8.136
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(1.432)	(3.000)
Total	1.279	5.136
Demais valores a receber		
Apoio institucional a receber	709	178
Participações a receber	435	508
Patrocínios a receber	1.058	2.655
Convênios a receber	-	334
Outros valores a receber	-	5
Total	2.202	3.680
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(424)	(531)
Total	1.778	3.149
Total geral	3.057	8.285

Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023, a administração constituiu Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para as anuidades a receber, considerando os associados com contribuição anual em aberto há 365 dias ou mais, relativas às competências de 2020, 2021 e 2022, incluindo, nesse caso, as não vencidas sob responsabilidade desses associados. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2024, a administração realizou a reversão da PECLD, uma vez que realizou procedimentos de cobranças para recuperação dos valores vencidos, os quais foram recuperados e constituiu nova provisão de PECLD, visto que em eventos subsequente as demonstrações financeiras do exercício de 2024, obteve baixo êxito no recebimento de valores referente a anuidades de associados com vencimento até 365 dias, e, com isso, a administração da Associação optou em realizar a provisão enquanto realiza os procedimentos de cobranças.

A administração também revisou os procedimentos de envio e gestão de cobrança das anuidades. As alterações implementadas foram:

- i) no momento da adesão ao Instituto, o novo membro é informado sobre a necessidade de pagamento da anuidade e recebe comunicação formal solicitando o pagamento no ato da adesão; e
- ii) o envio da comunicação de cobrança é enviado três meses antes do aniversário da entrada do membro no Instituto. Em caso de atraso, o membro passa a receber comunicações periódicas sobre a ausência do pagamento e a necessidade de sua regularização.

As contribuições realizadas pelos membros são de caráter voluntário, contudo, caso um membro tenha uma contribuição em aberto por um período de até 24 meses, o Instituto comunica a *Foundation for the Global Compact* (sede do Pacto Global em Nova Iorque) para a avaliação do desligamento do membro da iniciativa. Atualmente, há um processo contínuo de negociações e revisão de prazos com as organizações que demonstram boas possibilidades de realização.

5.1. Movimentação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

	2024	2023
Anuidades		
Saldo em 1º de janeiro	(3.000)	(1.210)
Adições	(1.432)	(1.790)
Baixa	3.000	-
Total	(1.432)	(3.000)
Demais contas a receber		
Saldo em 1º de janeiro	(531)	-
Adições	-	(531)
Baixa	107	-
Total	(424)	(531)
Saldo em 31 de dezembro	(1.856)	(3.531)

5.2. Contribuições e valores a receber – por vencimento

Anuidades a receber	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Em até 30 dias	90	327
De 31 até 60 dias	115	37
De 91 até 120 dias	3	-
De 121 até 365 dias	-	634
Total	208	998
Vencidos		
Em até 30 dias	666	1.106
De 31 até 60 dias	884	340
De 61 até 90 dias	263	552
De 91 até 120 dias	113	161
De 121 até 365 dias	577	3.469
Acima de 365 dias	-	1.510
Total	2.503	7.138
Total anuidades a receber	2.711	8.136



Demais valores a receber	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Em até 30 dias	665	943
De 31 até 60 dias	239	592
De 61 até 90 dias	45	27
De 91 até 120 dias	4	27
De 121 até 365 dias	200	903
Total	1.153	2.492
Vencidos		
Em até 30 dias	34	534
De 31 até 60 dias	512	41
De 61 até 90 dias	9	28
De 91 até 120 dias	-	7
De 121 até 365 dias	-	183
Acima de 365 dias	494	395
Total	1.049	1.188
Total demais valores a receber	2.202	3.680

6. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósito caução de aluguel	74	74
Adiantamento de férias	64	63
Adiantamento a fornecedores	-	192
Outros créditos	40	83
Total	178	412
Ativo circulante	104	338
Ativo não circulante	74	74
Total	178	412

7. Imobilizado líquido

Descrição	31/12/2024				31/12/2023
	% Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	20%	656	(264)	392	326
Instalações	10%	15	(4)	11	12
Máquinas e equipamentos	10%	32	(6)	26	25
Total		703	(274)	429	363

7.1. Movimentação do Imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Movimentação em 2024		Saldo em 31/12/2024
		Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	483	173	-	656
Instalações	15	-	-	15
Máquinas e equipamentos	28	4	-	32
Total custo	526	177	-	703
Depreciação acumulada	(163)	(111)	-	(274)
Total imobilizado líquido	363	66	-	429



Descrição	Saldo em 31/12/2022	Movimentação em 2023		Saldo em 31/12/2023
		Adições	Baixas	
Equipamentos de informática	256	227	-	483
Instalações	15	-	-	15
Máquinas e equipamentos	5	23	-	28
Total custo	276	250	-	526
Depreciação acumulada	(78)	(85)	-	(163)
Total imobilizado líquido	198	165	-	363

8. Contas a pagar a partes relacionadas

Desde a sua fundação, em 2020, o Instituto mantém transações com a *Foundation for the Global Compact*.

Conforme previsto em memorando de entendimento e estratégia de modelo de operação citado na Nota Explicativa nº 1 – Contexto operacional, cabe à Rede Brasil a transferência para a *Foundation for the Global Compact* de parte das contribuições anuais recebidas dos associados (fundadores e membros), a título de compartilhamento, para fins de atingimento em nível global dos objetivos do Pacto Global. O valor da anuidade em dólares e o percentual de repasse para a *Foundation for the Global Compact* variam de acordo com as faixas de faturamento nas quais se enquadram os participantes, conforme tabela a seguir:

Faturamento do participante (dólares)	Valor da anuidade (dólares)	Percentual de repasse para a <i>Foundation for the Global Compact</i>
Acima de \$ 30B	30.000	70%
Entre \$ 10B e \$ 30B	25.000	70%
Entre \$ 5B e \$ 10B	20.000	50%
Entre \$ 1B e \$ 5B	15.000	50%
Entre \$ 500M e \$ 1B	7.500	50%
Entre \$ 250M e \$ 500M	5.000	50%
Entre \$ 50M e \$ 250M	2.500	50%
Entre \$ 25M e \$ 50M	1.250	0%
Abaixo de \$ 25M	450	0%

Os demais recursos captados a título de doações, apoio institucional, participações e patrocínios, não se incluem na base de cálculo dos valores a serem repassados.

O Instituto é responsável pela operacionalização dos recebimentos e prestação de contas, por meio do envio de relatórios de contribuição diretamente à *Foundation for the Global Compact*.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor acumulado a ser repassado é de R\$ 9.890, considerando as atualizações/ajustes e pagamentos (R\$ 9.212 em 31 de dezembro de 2023), proveniente dos valores recebidos e a receber exclusivamente de anuidades e até então não repassadas, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Total das anuidades	Total dos valores a serem repassados
Contas a pagar a partes relacionadas		
Anuidades 2020 recebidas	27	13
Anuidades 2020 não recebidas (provisão)	-	-
Total	27	13
Anuidades 2021 recebidas	63	20
Anuidades 2021 não recebidas (provisão)	-	-
Total	63	20
Anuidades 2022 recebidas	323	162
Anuidades 2022 não recebidas (provisão)	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)


Pacto Global
 Rede Brasil

Descrição	Total das anuidades	Total dos valores a serem repassados
Total	323	162
Anuidades 2023 recebidas	2.136	1.123
Anuidades 2023 não recebidas (provisão)	-	-
Total	2.136	1.123
Anuidades 2024 recebidas	9.327	6.005
Anuidades 2024 não recebidas (provisão)	2.503	1.282
Total	11.830	7.287
Total Provisionado		8.605

	Movimentação dos valores a repassar
Total a repassar em 31 de dezembro de 2023	9.212
Repasse apurados pelos recebimentos de anuidades	7.323
Repasse apurados não recebidas (provisão)	1.282
Total provisionado	8.605
(-) Pagamento realizado em 2024	(7.425)
(-) Dedução de USD 100.000 conforme memorando de entendimento	(502)
Total a repassar em 31 de dezembro de 2024	9.890

Conceitos:

- Anuidade recebida: é aquela efetivamente recebidas, independentemente do ano de competência;
- Anuidade apurada não recebida: é aquela anuidade referente ao um membro que ainda não efetivou o pagamento;
- Dedução de USD 100.000 (cem mil dólares): é a dedução acordada junto ao Global Compact formalizada no memorando de entendimento celebrado entre as partes.

9. Projetos em execução

	31/12/2024	31/12/2023
Parcerias privadas	6.487	3.381
Convênios	692	-
Total	7.179	3.381

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)


Pacto Global
 Rede Brasil
9.1. Movimentação dos recursos vinculados a projetos

A seguir demonstramos o total de recursos recebidos pelo Instituto e o montante utilizado na execução dos projetos (recursos aplicados).

	Saldo em 31/12/2023	Recursos recebidos (passivo)	Contas a receber - projetos	Reembolso	Recursos aplicados (a)	Saldo em 31/12/2024
Plataforma de Ação pela Água e Oceano	159	1.919	-	-	(1.279)	799
Plataforma de Ação Contra a Corrupção	531	1.597	-	-	(510)	1.618
Gestão de Conhecimento	84	157	-	-	(411)	(170)
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	(30)	381	-	-	(256)	95
Plataforma de Ação pelos Direitos Humanos	744	3.866	-	-	(3.043)	1.567
Plataforma de Ação pelo Clima	112	1.488	-	-	(263)	1.337
Eventos	433	3.017	628	-	(4.078)	-
Plataforma de Ação pelo Agro Sustentável	199	232	-	-	(197)	234
SBTI	295	-	-	-	(33)	262
Grupo Temático Saúde	464	-	-	-	(109)	355
Termo de Parceria Itaú Unibanco (b)	390	-	-	-	-	390
Total	3.381	12.657	628	-	(10.179)	6.487
Convênio Petrobrás	-	391	-	(334)	-	57
Fundação Panamericana para o Desenvolvimento (Padf)	-	507	-	-	(351)	156
Convênio Petrobras (Saúde e Trabalho)	-	547	-	-	(68)	479
Total	-	1.445	-	(334)	(419)	692
Total projeto restritos (a)	3.381	14.102	628	(334)	(10.598)	7.179

(a) O total de despesas e receitas com restrição na DRE está apresentado na coluna “Recursos aplicados”, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.598.

(b) A conclusão ocorreu em dezembro de 2025. Ao longo de 2024, não houve necessidade de dispêndios neste projeto, pois de acordo com o cronograma as saídas de recurso foram necessárias somente em 2025.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)


Pacto Global
Rede Brasil

	Saldo em 31/12/2022	Recursos recebidos (passivo)	Contas a receber - projetos	Reembolso	Transferências	Recursos aplicados (c)	Contas a pagar vinculadas a projetos (c)	Saldo em 31/12/2023
Plataforma de Ação pela Água e Oceano	521	1.724	225	-	-	(2.306)	(5)	159
Plataforma de Ação Contra a Corrupção	(59)	1.466	-	-	200	(1.040)	(36)	531
Gestão de Conhecimento	321	598	62	-	-	(897)	-	84
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	791	1.943	25	-	(2.068)	(711)	(10)	(30)
Plataforma de Ação pelos Direitos Humanos	497	1.456	501	-	-	(1.557)	(153)	744
Plataforma de Ação pelo Clima	528	310	69	-	-	(775)	(20)	112
Eventos	(432)	4.663	2.281	-	2.068	(7.849)	(298)	433
Plataforma de Ação pelo Agro Sustentável	(154)	646	-	-	-	(293)	-	199
SBTI	362	214	-	-	-	(281)	-	295
Grupo Temático Saúde	436	700	-	-	(200)	(472)	-	464
Termo de Parceria Itaú Unibanco	-	462	-	-	-	(57)	(15)	390
Total	2.811	14.182	3.163	-	-	(16.238)	(537)	3.381
Convênio Petrobrás	-	867	334	(451)	-	(750)	-	-
Total projeto restritos (c)	2.811	15.049	3.497	(451)	-	(16.988)	(537)	3.381

(c) O total de despesas e receitas com restrição na DRE é a somatória dos “Recursos aplicados” (R\$ 16.988) e do “Contas a pagar vinculadas a projetos” (R\$ 537), resultando no valor total de R\$ 17.525.



Os projetos conduzidos no país são desenvolvidos por meio das Plataformas de Ação (Ação pela Água e Oceano, Ação pelo Agro Sustentável, Ação pelos Direitos Humanos, Ação pelo Clima, Ação contra a Corrupção, Ação pelos ODS e Ação para Comunicar e Engajar), dos Movimentos (Ambição Net Zero, Mente em Foco, Elas Lideram 2030, Salário Digno, Raça é Prioridade, Conexão Circular, Mais Água e 100% Transparência) e dos Programas Internacionais. São iniciativas que contam com o envolvimento de centenas de empresas, assim como agências da ONU e agências governamentais.

O Instituto também participa e realiza eventos no Brasil e no exterior – em locais e datas que aproveitem eventos de nível global e que, tipicamente, atraem muitos executivos e líderes empresariais brasileiros, como a Semana da Assembleia Geral da ONU e *Conference of Parties* (COP), nas mais diversas áreas e setores da economia, sempre com o objetivo de engajar mais empresas e organizações para a agenda global de sustentabilidade.

Em treinamentos, tem o papel de promover reflexões, debates e trocas para que a comunidade empresarial seja um impulsionador de mudança socioambiental, tendo como norte os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõem a Agenda 2030.

Para indivíduos e organizações, são oferecidos workshops, webinars e palestras abertas ao público e capacitações exclusivas para empresas. Todas as ações desenvolvidas pelo Instituto, contam com parceiros que contribuem diretamente para o andamento contínuo dos programas.

Convênio Petrobrás

O primeiro convênio foi firmado no final de novembro de 2022, no qual a Petrobrás e o Pacto Global se uniram para implementar a Trilha de Direitos Humanos. Uma iniciativa que proporciona às empresas participantes da Rede Brasil uma ferramenta de autodiagnóstico com relação à aderência aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU. A parceria também inclui uma Trilha específica para fornecedores da Petrobrás, com o intuito de ampliar o diagnóstico e as boas práticas em direitos humanos especificamente para este setor.

Após o término do projeto, um novo convênio com a empresa foi firmado, em junho de 2024. Nesse novo convênio, Petrobras e Pacto Global se uniram para fortalecer ações voltadas à saúde mental e ao futuro do trabalho, com atenção no Movimento Mente em Foco e no Grupo de Trabalho Saúde e Futuro do Trabalho. O Movimento Mente em Foco busca transformar a saúde mental em pauta estratégica nas empresas e o Grupo de Trabalho Saúde e Futuro busca engajar empresas na construção de ambientes laborais mais saudáveis e sustentáveis com abordagem nos temas de tecnologia, demografia, mudança do clima e desenvolvimento organizacional.

Fundação Panamericana para o Desenvolvimento (Padf)

Em parceria inédita com a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF), as áreas de Direitos Humanos e Trabalho e Meio Ambiente do Pacto Global da ONU – Rede Brasil se unem para aprimorar os mecanismos institucionais para reduzir a incidência de violações de trabalho análogo ao de escravo na pecuária no estado do Pará, por meio de iniciativas preventivas, pautadas em mapeamento, sensibilização, engajamento e capacitação tendo a devida diligência em direitos humanos como metodologia de trabalho.

10. Provisão para demandas judiciais

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto não possuía processos judiciais de natureza tributária, trabalhista ou cível cujo risco de perda, baseado na opinião dos assessores jurídicos, tivesse sido classificado como provável.



Processos classificados como risco de perda possível

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo contingente, estimado para os processos judiciais cujo risco de perda, classificado pelos assessores jurídicos do Instituto, como possível, é apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Risco trabalhista e previdenciário (a)	1.592	1.262
Processos trabalhistas (b)	1.322	-
Total	2.914	1.262

(a) O Instituto realiza contratação de pessoal para execução de atividades operacionais, em que há riscos envolvendo questões de natureza trabalhista e previdenciária, para os quais seus assessores jurídicos externos julgam como sendo de perda possível;

(b) Processos trabalhistas em que é discutido o pedido de indenização por danos morais e verbas trabalhistas;

Os processos classificados como perda possível não se encontram registradas na contabilidade, em consonância com a Seção – 21 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, da norma NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

11. Patrimônio social (passivo a descoberto)

O patrimônio social do Instituto compreende o valor do resultado do exercício, o qual é composto por recursos financeiros recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, patrocínio, auxílio, devendo ser administrados e utilizados apenas para o estrito cumprimento de seu objeto social.

Todo o patrimônio e receitas do Instituto deverão ser revertidos à manutenção e ao desenvolvimento de seu objeto social, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela de patrimônio ou receita a qualquer título, entre os associados, instituidores, benfeitores, dirigentes, conselheiros ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

No caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio social remanescente, após o pagamento de todas as dívidas e passivos, será transferido a entidade sem fins lucrativos nacional ou internacional com objeto social semelhante ao do Instituto, a ser escolhida e aprovada pela Assembleia Geral.

12. Receitas institucionais

		31/12/2024	31/12/2023
Doações	-	15	75
Anuidades	(a)	11.316	15.180
Patrocínios	(b)	1.968	235
Apoio e parcerias institucionais	(c)	1.973	1.284
Participações	(d)	-	97
Receitas diversas	(e)	847	1.162
Total		16.119	18.033

(a) as receitas de contribuições líquidas referem-se às anuidades de membros e associados, calculadas com base no faturamento e nível de engajamento das empresas, já descontado o valor devido de repasse à *Foundation for the Global Compact* em Nova Iorque (Nota Explicativa nº 8), conforme estabelecido nos padrões de qualidade e memorando de entendimento entre as partes;

(b) as receitas de patrocínios referem-se a projetos desenvolvidos nas diversas áreas temáticas de atuação e apoio institucional, conforme previsto em estatuto e regimento interno do Instituto;

(c) a receita de apoio e parcerias institucionais refere-se a contratos reconhecidos no resultado de acordo com o princípio de competência da realização dos serviços. O Apoio Institucional trata de um nível superior de engajamento com o Pacto Global. As empresas apoiadoras usufruem de benefícios adicionais especiais a serem determinados pela Diretoria Executiva, dentre eles: suporte customizado, assessoria para sustentabilidade corporativa, capacitações, convites exclusivos para eventos, treinamentos e palestras, destaque nos materiais institucionais e canais de divulgação do Instituto etc.;

(d) as receitas de participações diversas são, majoritariamente, referentes a programas de capacitação promovidos pelo Instituto aos membros e associados; e

(e) receitas diversas referem-se aos reembolsos de despesas incorridas pelo Instituto, no exercício de 2024, por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados.

13. Gratuidades obtidas – serviços de terceiros

Empresa	Descrição dos serviços - sem restrição	31/12/2024	31/12/2023
Future Carbon Group	Ações de parceria e monitoramento das métricas do Movimento Ambição Net Zero	200	200
Machado Meyer	Revisão de contratos e apoio jurídico	69	229
Diversacom Serviços Ltda./ Agência Textual	Planejamento Estratégico de Comunicação Interna, trabalho valorado pela agência	69	-
Formulink Desenvolvimento Ltda.	Suporte e evolução do Aplicativo de Gestão de Iniciativas	24	-
Grupo Unite Projetos De Relacionamento	Licença de uso do Software denominado “Convert CRM”	13	-
Be Compliance Consultoria e Treinamento Ltda.	Treinamentos e consultoria na área de dados - Programas de Compliance para adequação à LGPD	13	-
Inforward RG Serviços de Informática Ltda.	Diagnóstico de Segurança da Informação e Privacidade (DSIP)	7	-
KPMG	Desenvolvimento de métricas e software para monitoramento das metas do Movimento +Água	-	824
99Jobs	Condução de processos seletivos para vagas afirmativas	-	805
InPress	Relações Públicas, Consultoria de Comunicação e Assessoria de Imprensa	683	580
InPress	Posicionamento Executivo e Produção de Conteúdo LinkedIn CEO Pacto Global	140	187
Falconi	Diagnóstico da Cultura Atual + Construção e direcionamento da Cultura necessária	-	161
InPress	Programa “Thought Leadership” com a Diretoria de Impacto do Pacto Global	213	148
InPress	Parceria na criação de conteúdo sobre saúde mental para o Movimento Mente em Foco	11	60
InPress	Coach de Liderança Pensamento e Estratégia de Posicionamento Executivo CEO Pacto Global	84	35
Total		1.526	3.229

Durante o ano de 2024, o Instituto contou com parcerias pró-bono com restrições em diversas frentes, com destaque para:

- Future Carbon Group, empresa que presta serviços de inventários de emissões de gases estufa, bem como de geração e distribuição de créditos carbono, auxiliou o Movimento Ambição Net Zero na construção e monitoramento de métricas para emissões de gases de efeito estufa;
- Machado Meyer proveu serviços de análises de contratos diversos (patrocínios e parcerias);
- Diversacom Serviços Ltda./Agência Textual fez um trabalho de estratégia de comunicação;
- Inforward RG Serviços de Informática Ltda., diagnóstico dos processos e mapa de riscos relacionados à Segurança da Informação;
- InPress Porter Novelli, prestou serviços de coach, estratégia de comunicação e posicionamento executivo CEO.

14. Despesas com pessoal – com restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados (a)	(107)	(1.649)
Encargos sociais (a)	(33)	(534)
Benefícios	(14)	(123)
Total	(154)	(2.306)

(a) A redução das despesas com salários e encargos em 2024, comparativamente a 2023, deve-se à descontinuidade do Projeto Petrobras ao final de 2023, que concentrava a maior parte dos recursos e da alocação de pessoal. Em 2024, as atividades foram direcionadas ao Projeto PADF, de menor escopo e volume de recursos, implicando menor necessidade de mão de obra e encargos. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência, não havendo alteração nos critérios contábeis ou de classificação, apenas redução do nível de atividade, compatível com o ciclo vigente de projetos.

15. Despesas com serviços de terceiros – com restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Evento - Produção e organização (a)	(2.021)	(4.277)
Evento - Catering	(655)	(2.158)
Consultoria	(2.277)	(1.913)
Assessoria	(167)	(885)
Limpeza	-	(275)
Treinamento, curso e capacitação	(448)	(209)
Material gráfico e diagramação	(262)	(158)
Evento - Foto e filmagem	(55)	(155)
Informática	(45)	(80)
Pesquisa	(119)	(74)
Serviços de tradução	(112)	(47)
Jurídico	(21)	(44)
Administrativo	(62)	(27)
Outros serviços de terceiros	(37)	(335)
Total	(6.281)	(10.637)

(a) Os valores da rubrica “Evento – Produção e organização” são tipicamente atrelados à contratação de cenografia, decoração, som e filmagem e passagens aéreas para palestrantes.

16. Despesas gerais e administrativas – com restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Viagens e estadias	(2.518)	(2.323)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(170)
Locação de máquinas e equipamentos	(6)	(138)
Transporte	(66)	(24)
Licença de uso software	(17)	(2)
Despesas gerais	(89)	(78)
Total	(2.696)	(2.735)



17. Despesas com pessoal – sem restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	(10.939)	(5.752)
Benefícios	(4.344)	(2.094)
Encargos sociais	(3.617)	(1.938)
Total	(18.900)	(9.784)

O aumento das despesas com pessoal decorre da implementação de um plano de expansão elaborado pela antiga Diretoria Executiva, que demandou o reforço da estrutura operacional e, consequentemente, a ampliação do quadro de colaboradores. Referido movimento foi realizado com base em expectativas de crescimento de receitas que, posteriormente, não se concretizaram no volume projetado. No encerramento do exercício de 2023, havia 67 colaboradores, enquanto que em 31 de dezembro de 2024 esse número chegou a 101.

18. Despesas com serviços de terceiros – sem restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Consultoria (a)	(1.922)	(599)
Jurídico (a)	(918)	(210)
Assessoria (a)	(468)	(232)
Informática	(218)	(88)
Contabilidade e auditoria	(326)	(207)
Material gráfico e diagramação	(269)	(65)
Autônomos	(126)	(11)
Eventos	-	(164)
Foto e filmagem	-	(40)
Treinamento, curso e capacitação	(41)	(59)
Manutenção	(28)	(138)
Administrativo	(11)	(22)
Serviços de tradução	(8)	(20)
Outros serviços de terceiros	(17)	(143)
Total	(4.352)	(1.998)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve aumento nas despesas com serviços de terceiros, especialmente consultorias, assessoria jurídica e serviços correlatos, em relação ao exercício anterior. Esse incremento decorreu de evento específico e não recorrente: a instauração de Apuração Jurídica/Independente para investigação de denúncias de assédio moral no âmbito institucional.

Os principais dispêndios referem-se à contratação de equipe externa especializada, reforço da assessoria jurídica para gestão de riscos e adequação de controles de governança, além de serviços complementares (comunicação, compliance e gestão de crises). Tais gastos foram registrados nas rubricas Serviços de Terceiros – Consultorias/Assessoria e Honorários Advocatórios/Perícias, conforme a essência econômica dos contratos.

Esses dispêndios foram classificados como não recorrentes, por estarem diretamente relacionados a evento extraordinário, não representando tendência estrutural de aumento de gastos. A Administração implementou medidas de remediação e fortalecimento de controles de integridade e clima organizacional, cujos custos estão incluídos nas rubricas mencionadas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26.

19. Despesas gerais e administrativas – sem restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Viagens e estadias	(2.000)	(2.155)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	1.675	(2.151)
Aluguel e condomínio	(477)	(461)
Custeio de eventos (b)	(4.584)	(1.675)
Licença de uso software	(324)	(239)
Água, energia elétrica, telefone e internet	(121)	(143)
Transporte	(143)	(73)
Locação de máquinas e equipamentos	(3)	(23)
Bens duráveis de pequeno valor	(11)	(7)
Perdas de anuidades	-	(1.063)
Despesas gerais	(217)	(391)
Total	(6.205)	(8.381)

(a) No exercício de 2024, o Instituto recuperou valores anteriormente provisionados na conta de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), por meio de ações de cobrança, no montante de R\$ 3.107. As reversões foram reconhecidas no resultado, limitadas ao montante originalmente provisionado, quando houve recebimento ou evidência objetiva de melhora no risco de crédito. Além disso, a Administração procedeu à constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.432, com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de inadimplência observado para esse tipo de receita. A provisão foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica de despesas com provisão para perdas de crédito, reduzindo o saldo de contas a receber ao seu valor estimado de realização.

(b) No exercício de 2024, as despesas relacionadas à realização de eventos apresentaram aumento em comparação ao exercício anterior. Esse incremento decorreu da perda de patrocínios previamente contratados, em razão de efeitos vinculados à denúncia de assédio moral divulgada durante o período, o que gerou dificuldades na captação de recursos financeiros.

Diante da impossibilidade de compensar custos com recursos vinculados, o Instituto assumiu integralmente os compromissos firmados com fornecedores e prestadores de serviços. Os gastos foram reconhecidos pelo regime de competência, conforme os serviços prestados e insumos consumidos, em conformidade com as políticas contábeis.

20. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicação financeira	1.023	938
Outras receitas financeiras	41	18
Total	1.064	956
Despesas financeiras		
Multas e juros	(2)	(26)
Tarifas bancárias	(15)	(22)
Outras despesas	(7)	(13)
Total	(24)	(61)
Resultado financeiro	1.040	895

21. Trabalho voluntário

As receitas com trabalho voluntário quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Conforme estabelecido na ITG-2002 (R1) – Entidade sem finalidade de Lucros, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto recebeu trabalhos voluntários de membros integrantes dos órgãos da administração e de governança, no exercício de suas funções administrativas, financeiras e sociais, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$ 81 (R\$ 69 em 31 de dezembro de 2023), apurado de acordo com a valorização pela taxa horária divulgada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), exceto, os Conselheiros do Conselho Jovem que contam com ajuda de custo de cem reais por reunião.

Trabalho voluntário exercício de 2024	Número de	Número de	Total apurado
Cargos	participantes	horas no ano	(milhares de reais)
Conselho de administração	6	194	46
Conselho fiscal	5	39	8
Conselho de governança	9	34	7
Conselho jovem	3	14	3
Conselho de integridade	5	12	6
Comitê de pessoas	16	40	8
Comitê de sustentabilidade	1	5	3
Total		378	81

Trabalho voluntário exercício de 2023	Número de	Número de	Total apurado
Cargos	participantes	horas no ano	(milhares de reais)
Conselho de administração	9	216	44
Conselho fiscal	3	30	6
Conselho de governança	3	18	4
Conselho jovem	8	80	4
Conselho de integridade	5	30	6
Comitê de pessoas	3	12	2
Comitê de sustentabilidade	1	14	3
Total		400	69

22. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Dessa forma, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título aos membros desses conselhos, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

O gestor executivo da administração é remunerado mensalmente de acordo com legislação trabalhista vigente.

23. Tributos objeto de isenção fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em 02 de setembro de 2015, o Instituto, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de isenção fiscal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) – 25% sobre o superávit do exercício;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – 9% sobre superávit do exercício;

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3% sobre as receitas próprias; e
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) – 4% sobre as doações recebidas.

24. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos em que, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. O Instituto não possui formalizado políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. O Instituto destaca que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os Instrumentos financeiros do Instituto, são classificados como custo amortizado.

Gerenciamento do risco financeiro

A política da administração é manter uma sólida base de recursos. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando que devem acompanhar os resultados das atividades econômicas em geral.

Atualmente todo o recurso financeiro disponível do Instituto está alocado em Certificados de Depósito Bancário do Banco Santander e no Banco do Brasil. Cabe ressaltar que, o Banco Santander e Banco do Brasil são classificados pelo Conselho Monetário Nacional como S1, o que quer dizer que seu porte é igual ou maior a 10% do PIB do Brasil.

Baseado nesse apontamento e nas notas de rating de crédito emitidas pelas agências Standard & Poors e Moody's, a administração do Instituto entende que o risco de perda financeira desse investimento seja baixo.

O Instituto não contrata produtos financeiros derivativos e não possui empréstimos e, portanto, não existem riscos financeiros atrelados a essas modalidades.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Instituto adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Instituto procura realizar suas operações com instituições financeiras de baixo risco. O Instituto identificou necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme detalhada na Nota Explicativa nº 5 – Contribuições e valores a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

Risco de mercado

Dado que os investimentos do Instituto estão 100% alocados em CDBs de banco de primeira linha, remunerados a 100% do CDI, e que o Instituto não possui dívidas bancárias contratadas e produtos financeiros derivativos contratados, o risco de mercado concentra-se nos recebíveis das anuidades, as quais são precificadas em dólares, mas faturadas e recebidas em reais.

A administração do Instituto, especificamente na figura do diretor financeiro, acompanha a variação cambial diariamente e monitora potenciais impactos para, se necessário, tomar as ações corretivas demandadas em caso de desvalorização expressiva do real, dado que o valor das anuidades definido pela *Foundation for the Global Compact* é estabelecido em valores referenciados a dólares.

25. Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de cobertura	Apólice	Seguradora	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	1000000052706	Tokio Marine	03/02/2024 a 03/02/2025	R\$ 15.000.000
Incêndio e danos materiais do escritório	118 55 4023429	Porto Seguro	10/12/2023 a 10/12/2024	R\$ 4.000.000

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Instituto e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

26. Conclusão – Apuração denúncia de assédio moral – Em referência à Nota Explicativa nº 26 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em 17 de outubro de 2024, chegou ao conhecimento do Instituto, um dossiê contendo uma série de denúncias relacionadas a supostos casos de assédio moral que teriam ocorrido dentro do Pacto Global. Para apurar e gerenciar esse caso, foi criado um Comitê Especial, formado por membros do Conselho de Administração e por demais órgãos de governança do Instituto, para abordar o tema com imparcialidade e celeridade e para assegurar que o processo de investigação fosse feito de maneira independente e ética.

Uma das primeiras ações foi a contratação do escritório Machado Meyer, especializado em compliance e investigações corporativas, a fim de realizar apuração independente das denúncias de natureza comportamental, incluindo a realização de entrevistas confidenciais e a análise de informações registradas no canal de denúncias. Como as denúncias envolviam o então Diretor Executivo e o Diretor de Fundraising, estes foram colocados em férias logo após o recebimento das denúncias. Outro ponto que merece destaque é que as denúncias foram também enviadas ao Ministério Público do Trabalho (MPT), sendo que o escritório de advocacia Pinheiro Neto foi o contratado para assessorar o Instituto junto a essa instância.

Considerando que as denúncias também envolviam alegações com potencial reflexo em processos internos e registros financeiros/contábeis, a empresa Kroll foi contratada para executar procedimentos de tecnologia forense e testes por amostragem sobre registros financeiros e contábeis, confrontando-os com documentação-suporte.

Em 22 de novembro de 2024, os mencionados envolvidos foram desligados do Instituto. As denúncias foram apuradas pelo escritório Machado Meyer e após 08 meses de trabalho, não foram identificados indícios de fraude ou desvio nos procedimentos executados. No entanto, 54% dos fatos denunciados foram corroborados, ainda que parcialmente, o que demandará aprimoramento na formalização dos processos internos e na implementação de mecanismos de controle. A investigação foi finalizada em 24 de junho de 2025.

Em 26 de junho de 2025, o escritório Machado Meyer e a empresa Kroll apresentaram suas conclusões sobre a investigação que realizaram, incluída a investigação de eventuais fraudes ou desvios financeiros, concluindo que não foram identificadas evidências de práticas fraudulentas ou irregularidades financeiras com impacto relevante nas demonstrações contábeis, restando recomendações de melhorias nas práticas internas especialmente quanto à governança e controles internos.

O Instituto permanece implementando medidas de aprimoramento e ações preventivas decorrentes das recomendações apresentadas, com vistas ao fortalecimento dos processos internos, do ambiente de controles e das práticas de governança.



Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT)

O Ministério Público do Trabalho (MPT) da 2ª Região instaurou inquérito Civil para apurar denúncias de assédio moral no Instituto. Após a investigação e a realização de audiência administrativa, o MPT concluiu que havia falhas nos mecanismos de prevenção e de apuração de condutas abusivas. Em razão disso, as partes celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O TAC é um compromisso formal pelo qual o Instituto se obriga a corrigir e prevenir irregularidades trabalhistas, por meio da adoção de medidas específicas, dentro de prazos definidos, sob pena de multa em caso de descumprimento. Trata-se de instrumento com força de título executivo extrajudicial, o que significa que, caso as obrigações não sejam cumpridas, a multa poderá ser cobrada judicialmente. Enquanto vigente, o MPT acompanha a execução do TAC por meio da apresentação de relatórios e documentos comprobatórios.

O TAC firmado impôs obrigações de natureza estrutural, preventiva e de governança, visando assegurar ambiente de trabalho saudável, canais de denúncia eficazes e responsabilização institucional.

Uma vez arquivado, como ocorreu em 18 de julho de 2025, considera-se encerrado o procedimento, sem prejuízo de eventual nova apuração caso surjam fatos novos no futuro.

No âmbito do TAC firmado com o MPT, o Instituto apresentou, até 30 de junho de 2025, todas as evidências de que cumpriu as obrigações assumidas, quais sejam:

- Implantação de Política de Apuração de Denúncias e Política de Consequências;
- Reformulação do Código de Ética do Instituto;
- Comunicação interna quanto as novas políticas;
- Treinamento das equipes internas quanto a Prevenção de Assédio e registro de denúncias.

Em 18 de julho de 2025, o MPT reconheceu o adimplemento integral e determinou o arquivamento do TAC.

27. Eventos subsequentes

27.1. Repasse – Partes relacionadas

Em 19 de março de 2025, foi realizado, pelo Instituto, o repasse à *Foundation for the Global Compact* referente às contribuições anuais no valor de R\$ 2.400 mil sendo R\$ 2.040 mil referente ao valor líquido repassado, R\$ 360 mil referente ao IRRF.

Em 31 de julho de 2025, foi realizado, pelo Instituto, o repasse à *Foundation for the Global Compact* referente às contribuições anuais no valor de R\$ 1.443 mil sendo R\$ 1.220 mil referente ao valor líquido repassado, R\$ 222 mil referente ao IRRF.

Em 1º de dezembro de 2025, foi realizado, pelo Instituto, o repasse à *Foundation for the Global Compact* referente às contribuições anuais no valor de R\$ 2.173 mil, com isenção de pagamento de IRRF.

27.2. Isenção de IRRF sobre repasses ao exterior

Em 19 de setembro de 2025, a Receita Federal do Brasil publicou a Solução de Consulta COSIT nº 184/2025 (Processo 10265.091712/2023-77), em nome do Instituto, concluindo que os valores repassados ao exterior no contexto de contribuição/financiamento da iniciativa internacional do Pacto Global, estão isentos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). A partir dessa decisão, o Instituto passou a aplicar o entendimento para as remessas elegíveis e está avaliando eventuais procedimentos administrativos relacionados a períodos anteriores, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pacto Global
Rede Brasil

GUILHERME
GUEDES
XAVIER:31877
206172

Assinado de forma
digital por
GUILHERME GUEDES
XAVIER:31877206172
Dados: 2026.04.23
07:30:04 -03'00'

Guilherme Xavier
Diretor Executivo

* * *

RODRIGO DE
ASSIS
FAVETTA:348
88308888

Assinado de forma
digital por RODRIGO
DE ASSIS
FAVETTA:34888308888
Dados: 2026.04.23
07:29:27 -03'00'

Rodrigo Favetta
Diretor Financeiro

ITALO BORGES DE
SOUZA:22977025
820

Assinado de forma digital
por ITALO BORGES DE
SOUZA:22977025820
Dados: 2026.04.23
09:00:30 -03'00'

Italo Borges de Souza
CRC 1SP302854/O-6